ADALBERTO FERNANDES SÁ JUNIOR

**Entre Liberdade e Cultura: Multiculturalismo, Povos Originários e
Igualdade**

Tese de Doutorado

Orientadora: Professora Associada Dra. Gislene Aparecida dos
Santos

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2019

ADALBERTO FERNANDES SÁ JUNIOR

**Entre Liberdade e Cultura: Multiculturalismo, Povos Originários e
Igualdade**

Tese de Doutorado, apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na área de concentração Direitos Humanos e Inclusão Social, sob orientação da Professora Associada Doutora Gislene Aparecida dos Santos.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Processos Técnicos da Biblioteca da
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Sá Junior, Adalberto Fernandes

Entre Liberdade e Cultura: Multiculturalismo, Povos Originários e Igualdade / Adalberto Fernandes Sá Junior. -- São Paulo, 2019.

197 p. ; 30 cm.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Orientadora: Gislene Aparecida dos Santos.

1. Povos Indígenas. 2. Direito à Autodeterminação. 3. Minorias Internas. 4. Multiculturalismo. 5. Feminismo. I. Santos, Gislene Aparecida dos, orient. II. Título.

Nome: SÁ JUNIOR, Adalberto Fernandes.

Título: Entre Liberdade e Cultura: Multiculturalismo, Povos Originários e Igualdade

Tese apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de Doutor em Direitos
Humanos e Inclusão Social.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

A Angelo Kretã † 1980, Marçal Tupã-Y
† 1983, Marcos Veron † 2003, Xicão
Xucuru †

1998 e a todas as lideranças indígenas
assassinadas no Brasil, na defesa da
terra tradicional.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, a Deus, que me deu a oportunidade de realizar sonhos e que me deu forças nos momentos de adversidade.

À minha família, cujo apoio foi essencial para que eu conseguisse terminar esta etapa.

À Professora Gislene Aparecida dos Santos, minha orientadora. Espero que estas páginas reflitam o quanto a senhora me tornou mais sensível à percepção da injustiça.

À Sílvia Tavares, sem a qual eu não conseguiria terminar este trabalho. Após 10 anos de convívio, só tenho mais certeza de que venceremos as dificuldades que vierem sempre juntos.

Não fomos consultados se queríamos deixar nossa terra sagrado, Nhanderu Marangatu. Esse que (...) pra vocês é montanha, uma serra, pra nós é sagrado (...). E hoje somos perseguido, nós somos discriminado, nós somos (...) assassinado. Já passa de 300 pessoa Guarani-Kaiowá, líderes indígenas assassinado, nós mulheres somos violentado pelos pistoleiro (...). Nós somos morto e jogado e passa na imprensa dizendo que nós foi achado na beira da estrada, como se nós fôssemos morto (...) como animal, mas nós somos morto pela nossa terra. Senhor General, (...) já passa de 15 pessoas morto só da minha família Veron. Aqui nós conhecemos Cacique Dom Quitito, que lutou por essa terra que ele não (...) vai ver a demarcação, porque também já tá morto (...). Muitos Cacique que tava junto com nós, hoje tá tudo assassinado (...) e nenhum foi pra Justiça. General, nós não somos o mal, porque se nós fôssemos o mal, já tinha muito latifundiário morto (...)! Nós estamos aqui hoje de luto, na luta, triste, demarcando nossa terra, essa terra aqui é nossa, essa terra nós estamos demarcando com o nosso sangue, nós estamos demarcando com o nosso sangue. (...) nós indígena Guarani-Kaiowá, nós somos seres humanos também, (...) fazemos parte do Mato Grosso do Sul, fazemos parte do Brasil, nós somos originários dessa terra, nós queremos que a Justiça seja feita aqui. (...) nós não conseguimos entender, Senhor Deputado, (...), como que (...) uma família só quer viver em tudo isso aqui. Nós somos todo coletivo. Essa terra, Nhanderu Marangatu, pra nós (...) é um lugar muito sagrado, é por isso que nós vamos morrer tudo aqui, mas nós não saímos daqui, essa terra é nossa! (...). nós pedimos pra Roseli, pra latifundiária, por que que fez isso com a gente? Não pode matar assim, (...) atirar em nossos líderes! Se se diz gente civilizado, não pode fazer isso, nós temos que conversar, porque no passado não foi nós que fizemos isso, foi Governo, então nós temos que conversar (...).

(Valdelice Veron – Liderança Guarani-Kaiowá)

RESUMO

SÁ JUNIOR, Adalberto Fernandes. Entre Liberdade e Cultura: Multiculturalismo, Povos Originários e Igualdade. 2019. 197p. Tese (Doutorado em Direitos Humanos e Inclusão Social) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Quando o direito à autodeterminação dos povos indígenas ameaça colocar em risco o direito individual de crianças uma vida digna, o que devemos fazer? Qual direito deve prevalecer? Por meio de uma análise rigorosa das proposições mais representativas do debate entre multiculturalismo e feminismo no âmbito da teoria política normativa, aquelas elaboradas por Charles Taylor e Susan Okin, chego à conclusão de que a resposta adequada para este problema não pode ser obtida identificando-se os limites do ideal político da tolerância liberal. Povos indígenas são sociedades políticas (e não culturas) cujo exercício do poder é ancorado em (e limitado por) uma doutrina abrangente do bem amplamente compartilhada. A questão certa é, portanto, saber como sociedades liberais devem tratar povos que, não obstante hierarquicamente estruturados, ainda assim são razoáveis, cooperativos e, portanto, decentes. Os princípios de justiça entre nações aplicados neste caso devem ser o resultado de um procedimento deliberativo em que os povos-partes, racionalmente motivados, mas submetidos a condições de completa paridade, decidem pelas razões certas. Formulo, então, o ideal político da reciprocidade. Tratar os povos indígenas com igualdade significa tratá-los como iguais sociedades políticas com equânime direito de decidir sobre o início da vida humana. A polarização do debate entre universalismo dos direitos humanos e relativismo nos impede de enxergar terceiros caminhos possíveis. Acordar soluções conciliatórias, provisórias e cada vez mais abrangentes, longe de contrariar o exercício da razão prática, é justamente o que uma conduta fundada em princípio nos exige: pode parecer pouco, mas é algo que exige muito e que concerne a todos nós.

Palavras-chave: Povos Indígenas. Direito à Autodeterminação. Minorias Internas. Multiculturalismo. Feminismo.

ABSTRACT

SÁ JUNIOR, A. F. Between Liberty/Freedom and Culture: Multiculturalism, First Nations and Equality. 2019. 197p. Thesis (Doctorate in Human Rights and Social Inclusion) – Law School, São Paulo University, São Paulo, 2019.

When the right to self-determination of indigenous peoples threatens to endanger the individual right of children to a dignified life, what should we do? Which right should prevail? Through a rigorous analysis of the most representative propositions of the debate between multiculturalism and feminism within normative political theory, those elaborated by Charles Taylor and Susan Okin, I come to the conclusion that the appropriate answer to this problem can not be obtained by identifying the limits of the political ideal of liberal tolerance. Indigenous peoples are political societies (not cultures) whose exercise of power is anchored in (and limited by) a comprehensive doctrine of the widely shared good. The right question is, therefore, to know how liberal societies should treat peoples who, although hierarchically structured, are still reasonable, cooperative, and therefore decent. The principles of justice between nations applied in this case must be the result of a deliberative procedure in which the peoples, rationally motivated, but submitted to conditions of complete parity, decide for the right reasons. I then formulate the political ideal of reciprocity. Treating indigenous peoples with equality means treating them as equal political societies with equal right to decide on the beginning of human life. The polarization of the debate between universalism of human rights and relativism prevents us from seeing third possible paths. To agree to conciliatory, provisional and increasingly comprehensive solutions, far from contradicting the practice of practical reason, is precisely what a principled conduct demands from us: it may seem small, but it is something that demands a great deal and concerns us all.

Keywords: Indigenous Peoples. Right to Self-determination. Internal Minorities. Multiculturalism. Feminism.

RESUMÉ

SÁ JUNIOR, Adalberto Fernandes. Entre Liberté et Culture: Multiculturalisme, Peuples Originaires et Égalité. 2019. 197p. Thèse (Doctorat em Droits Humaines et Inclusion Sociale) – Faculté de Droit, Université de São Paulo, São Paulo, 2019.

Que devrions-nous faire lorsque le droit des peuples autochtones à l'autodétermination menace de compromettre le droit individuel des enfants à une vie digne? Quel droit devrait prévaloir? Par une analyse rigoureuse des propositions les plus représentatives du débat entre multiculturalisme et féminisme dans la théorie politique normative, élaborées par Charles Taylor et Susan Okin, je conclus que la réponse appropriée à ce problème ne peut être obtenue en identifiant les limites de l'idéal politique de tolérance libérale. Les peuples autochtones sont des sociétés politiques (et non des cultures) dont l'exercice du pouvoir est ancré dans (et limité par) une doctrine globale du bien largement partagé. La bonne question est donc de savoir comment la société des libéraux devrait traiter les peuples qui, bien que hiérarchisés, restent raisonnables, coopératifs et donc décents. Les principes de justice entre les nations appliqués en l'espèce doivent être le résultat d'une procédure de délibération dans laquelle les peuples, motivés rationnellement, mais soumis à des conditions de parfaite parité, décident pour les bonnes raisons. Je formule ensuite l'idéal politique de la réciprocité. Traiter les peuples autochtones avec égalité signifie les traiter comme des sociétés politiques égales, avec le même droit de décider du début de la vie humaine. La polarisation du débat entre universalisme des droits de l'homme et relativisme nous empêche de voir les troisièmes chemins possibles. Accepter des solutions conciliantes, provisoires et de plus en plus complètes, loin de contredire la pratique de la raison pratique, est précisément ce que nous demande une conduite fondée sur de principes: cela peut sembler peu, mais c'est quelque chose qui demande beaucoup et qui nous concerne tous.

Mots-Clés: Peuples Autochtones. Droit à l'Autodétermination. Minorités Internes. Multiculturalisme. Féminisme.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A INCLINAÇÃO PELA CULTURA	18
2.1 IGUAL RECONHECIMENTO DA DIFERENÇA: O LIBERALISMO SUBSTANTIVO DE CHARLES TAYLOR	26
2.1.1 Superando a Epistemologia	30
2.1.2 Explicando Moralidade	54
2.1.3 Articulando os Bens das Sociedades Modernas	57
2.1.4 Reconhecendo Diferenças	60
2.1.5 Para Além do Liberalismo	65
3 A INCLINAÇÃO PELA LIBERDADE	73
3.1 O PARADOXO DA VULNERABILIDADE MULTICULTURAL: A CRÍTICA FEMINISTA DE SUSAN MOLLER OKIN AOS DIREITOS DE GRUPO	73
3.1.1 Uma Etapa Prévia, mas Necessária: Esclarecimentos Conceituais	85
3.1.2 Uma Mesma Tensão para Duas Razões de Esquecimento: Multiculturalismo e Feminismo Comparados	109
3.1.3 A Tensão entre Multiculturalismo e Feminismo Revelada: Duas Comprovações	116
3.1.4 Uma Saída Democrática para um Problema Insolúvel	125
3.1.5 Quando o que Está em Jogo é o Melhor Interesse da Criança: Limites Morais à Democracia Deliberativa	133
3.1.6 O Direito de Saída é uma Ilusão	137
4 A IGUALDADE ENTRE A LIBERDADE E A CULTURA	142
4.1 TEORIA POLÍTICA COMO UM EXERCÍCIO DE INTERPRETAÇÃO	146
4.2 TEORIA IDEAL E POVOS INDÍGENAS COMO CULTURAS	153

4.3 CONDIÇÕES NÃO-IDEAIS E POVOS ORIGINÁRIOS COMO SOCIEDADES POLÍTICAS	158
4.4 CONTRATO RACIAL/CULTURAL E CONTRATO RAZOÁVEL	172
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	183
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	187

1 INTRODUÇÃO

Esta tese é uma continuação direta da dissertação que defendi junto ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal do Pará, com a qual obtive o grau de mestre em Direito. Nela, tratei da inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 1.057/2007, mais conhecido pelo nome de Lei Muwaji, que tratou de criminalizar práticas indígenas que supostamente violavam a integridade física, psíquica e até a vida mesma da criança.

O Projeto de Lei nº 1.057/2007 foi proposto pelo Deputado Federal Henrique Afonso, à época filiado ao Partido dos Trabalhadores e eleito pelo Estado do Acre. A proposição tornou-se conhecida pelo nome de Lei Muwaji em homenagem a uma mãe Suruwahá que abandonou a sua comunidade de origem para salvar a sua filha, deficiente física. O projeto afirma tratar do combate a práticas tradicionais “nocivas” e da proteção dos direitos fundamentais de crianças indígenas. Logo em seu artigo 1.º estabelece que, não obstante toda prática tradicional dos povos indígenas dever ser respeitada, ela deve ser compatível com os direitos fundamentais estabelecidos pela Constituição e com os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, o que está de acordo com artigo 8.º da Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre povos indígenas e tribais.

Em seu artigo 2.º, o projeto elenca um rol que não se pretende exaustivo das práticas consideradas “nocivas” ao melhor interesse da criança indígena. Chama a atenção o fato de quase a totalidade dos incisos tratarem de casos de homicídios de recém-nascidos, diferenciando-se única e exclusivamente pela motivação do ato assim considerado delituoso. Entre estas motivações, temos desde o caso do recém-nascido considerado portador de mau agouro ou fruto de maldição até o caso dos gêmeos.

No artigo 4.º, o projeto tipifica como crime de omissão de socorro a conduta daquele que tiver conhecimento de alguma situação de risco para a criança indígena e não o notificar para as autoridades competentes, com pena de detenção de 1 (um) a 6 (seis) meses ou multa. Na mesma pena também incorrem as autoridades que, notificadas, não tomarem as providências cabíveis, sendo dever destas, inclusive, promover a retirada provisória da criança do convívio do

respectivo grupo e determinar a sua alocação em abrigos mantidos por entidades governamentais ou não-governamentais (artigo 6.º). Ademais, caso os genitores insistam em continuar a realizar a prática, mesmo após o diálogo com as autoridades competentes, a criança deverá ser encaminhada para a autoridade jurídica competente para fins de inclusão em programa de adoção (artigo 6.º, parágrafo único). Por fim, o projeto prevê a erradicação das referidas práticas como política governamental, por meio da educação e do diálogo em direitos humanos (artigo 7.º).

A proposta legislativa foi encaminhada para a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, na qual foi designada como relatora a Deputada Federal Janete Rocha Pietá (PT/SP). A congressista apresentou parecer no dia 17 de maio de 2011, na forma de uma emenda substitutiva, manifestando-se contrária à criminalização proposta pelo projeto original. Segundo ela, a criminalização dificultaria o próprio diálogo previsto no artigo 6.º, além de inviabilizar o trabalho das autoridades competentes junto aos povos indígenas, devido ao dever legal de delatar. Por esta razão, propõe a criação de dois órgãos, o Conselho Nacional de Direitos Indígenas e o Conselho Tutelar Indígena, os quais serviriam de local privilegiado para que os próprios povos indígenas pudessem debater questões culturais que lhes são próprias, ao mesmo tempo em que são informadas dos direitos fundamentais garantidos a todos os cidadãos pela carta constitucional.

Este projeto substitutivo foi aprovado por voto unânime no dia 1.º de junho de 2011. De igual maneira, também foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça no dia 23 de novembro de 2012. No entanto, ao ser votado pelo plenário da Câmara dos Deputados, os termos do projeto original elaborado pelo Deputado Federal Henrique Afonso foram retomados por meio de uma emenda substitutiva global. O projeto, assim, foi aprovado e agora segue para o Senado, onde aguarda votação.

Argumentei à época que este projeto era inconstitucional, porque violava o direito à autodeterminação dos povos indígenas, na forma como eu interpretava naquele tempo. O direito à autodeterminação exigiria que a aplicação de direitos individuais se desse com respeito às convicções coletivamente compartilhadas por cada povo. Assim, o direito à vida deveria ser interpretado à luz da cultura do povo indígena em questão.

Reconheço, no entanto, que meu argumento anterior só faz sentido se pressupormos uma concepção deveras essencialista do que é cultura. Somente quando a cultura é vista como uma unidade internamente coesa é que se torna possível falar em aplicar direitos individuais de acordo com as “convicções compartilhadas pela comunidade”. Isto se deve ao fato de eu ter analisado, naquela dissertação, apenas teoria multiculturalista que já se inclinavam, *a priori*, a favor da prevalência das culturas. Precisava testar os argumentos sob a ótica dos meus árdios críticos. Foi o que me propus a fazer nesta tese. Isto me levou a elaborar réplicas e tréplicas, em um processo de diálogo ativo com autores e autoras, cujo resultado, pelo menos para mim, foi bastante surpreendente.

Assim, descontente ainda com a resposta que eu obtive à época, passo a tratar do mesmo problema: quando o direito à autodeterminação dos povos indígenas conflita com os direitos individuais de crianças à vida e à integração física e psíquica, qual destes deve prevalecer? Da mesma forma, para facilitar a análise das proposições teóricas, divido-o em três subproblemas, os quais, se respondidos em sequência, poderão nos fornecer um quadro normativo geral sobre como sociedades liberais devem lidar politicamente com povos indígenas, quando o exercício do seu direito coletivo à autodeterminação é potencialmente violador dos direitos individuais das minorias internas (mulheres, crianças, idosos, dentro das comunidades indígenas).

Os subproblemas são os seguintes:

a) A preservação da cultura é uma condição necessária para a garantia da dignidade dos membros de povos indígenas? Qual a relação existente entre identidade individual e cultura que permite aos autores(as) do multiculturalismo afirmar que a assimilação impede a constituição de uma autorrelação positiva dos indígenas consigo? Que sentido estes autores(as) dão para o termo “cultura”? A afirmação de que povos indígenas são culturas é adequada?

b) Como o Estado deve tratar os cidadãos que fazem parte de povos originários, para que eles possam se autoperceber como pessoas dignas de igual consideração e respeito? A previsão (não apenas formal, mas em patamares equitativos) de um sistema o maior possível e igual para todos de direitos e liberdades fundamentais de titularidade individual se apresenta como uma medida suficientemente igualitária? Ou será que estes direitos individuais precisam ser complementados por direitos específicos de grupo, alguns, inclusive, de titularidade

coletiva, como é o caso do direito à autodeterminação dos povos originários (objeto específico de análise desta tese)?

c) Qual a relação entre direitos individuais e direitos coletivos, caso se afirme que estes últimos são necessários? Em caso de conflito, qual deles deve prevalecer? Será que o direito à autodeterminação dos povos originários deve ser limitado pelos direitos individuais para que as minorias internas não se tornem mais vulneráveis? Ou será que o direito à autodeterminação deve prevalecer sobre os direitos individuais, para que a linguagem destes direitos não seja utilizada pela sociedade hegemônica para impor de forma forçada os sentidos sociais apenas por ela compartilhados?

O problema anteriormente proposto será investigado a partir da sistematização e da análise crítica do debate, no âmbito da teoria política normativa, entre o multiculturalismo e feminismo. Pretende-se verificar, nesta área, quais são os argumentos morais favoráveis e contrários à prioridade lexicográfica do direito à autodeterminação para os povos originários. Um escrutínio exaustivo deste campo e mesmo das teorias selecionadas seria não apenas impraticável, como improdutivo, razão pela qual os autores e autoras escolhidos, dentre os mais representativos deste campo, de acordo com a maior parte da literatura (Rattansi, 2011; Murphy, 2012; Crowder, 2013; Song, 2017), serão investigados apenas no que diz respeito ao problema principal anteriormente proposto (e aos seus respectivos três subproblemas).

A seleção dos autores e autoras que iremos estudar foi feita com base em dois critérios: a) em primeiro lugar, foram escolhidos os(as) autores(as) que, segundo a maior parte da literatura (Rattansi, 2011; Murphy, 2012; Crowder, 2013; Song, 2017), elaboraram os modelos teóricos mais persuasivos, seja para defender a previsão do direito à autodeterminação para os povos originários, seja para criticar este mesmo arranjo político. Assim, queremos analisar ambas as frentes de argumentos sob a melhor luz. Para tanto, recorreremos à literatura mais qualificada para que o critério de seleção não se confunda com preferências pessoais; b) por fim, demos preferência a autores e autoras que tenham dialogado entre si.

O primeiro capítulo, o qual será denominado de A Inclinação pela Cultura, irá abordar os argumentos favoráveis à prioridade do direito à autodeterminação para os povos originários, elaborados pela teoria normativa do multiculturalismo de Charles Taylor (1994), a qual ficou conhecida por “política do reconhecimento”, mas

que é denominada pelo próprio autor de “liberalismo substantivo”. Para Taylor (1994), a cultura é um bem substantivo e irredutivelmente social que deve ser preservado como condição essencial para que os membros de uma determinada comunidade cultural e política possam desenvolver uma autorrelação positiva com a sua própria identidade. Por esta razão, a autoridade política do Estado poderia ser utilizada para assegurar a sobrevivência de determinadas formas culturais, desde que o exercício deste poder não violasse os direitos tradicionalmente reconhecidos por uma teoria liberal como invioláveis e inalienáveis (tais como a vida, a liberdade e o devido processo legal). No entanto, seria necessário diferenciar os direitos individuais das simples prerrogativas e imunidades, as quais, uma vez concedidas pelo Estado, poderiam também ser pontualmente afastadas, caso esta medida se mostrasse como realmente necessária, após a ponderação de todos os interesses envolvidos. Uma teoria liberal, mesmo que mais propensa ao reconhecimento da diferença, ainda assim, é uma teoria incompatível com diversos outros tipos de identidade (principalmente não-seculares). Por este motivo, o que a razão prática exige de nós, em última instância, é incluir a visão do outro da forma mais fidedigna possível por meio do diálogo intercultural.

No segundo capítulo, iremos tratar dos argumentos favoráveis à prioridade dos direitos individuais frente aos direitos coletivos. Para este fim, trataremos da crítica feminista ao multiculturalismo elaborada por Susan Okin (1999). A previsão de direitos coletivos para as minorias culturais, defendida pelo multiculturalismo, aumentaria a vulnerabilidade das minorias dentro das minorias (dentre elas as mulheres). Trata-se do argumento das minorias internas, segundo o qual a solução da desigualdade entre culturas não raras vezes vem ao custo do aumento da desigualdade de gênero. A mera previsão destes direitos, ainda que de forma limitada, aumentaria a possibilidade de que as elites por acaso existentes dentro das minorias violem os direitos individuais de mulheres, crianças e idosos. Para impedir que isto aconteça, propõem formas de deliberação democrática em que a autonomia das mulheres seja respeitada.

No terceiro capítulo, desenvolvo a hipótese de que os povos indígenas devem ser tratados com igualdade e de que tratá-los com igualdade significa tratá-los, desde o começo, como sociedades políticas (e não como culturas). Por consequência, o conflito entre a autodeterminação política daqueles povos e os direitos individuais de crianças não pode ser devidamente resolvido a partir da

articulação dos limites do ideal político da tolerância liberal, como o debate entre multiculturalismo e feminismo fez até aqui. Os povos indígenas, iguais sociedades políticas que são, devem ter o equânime direito de participação das deliberações que os tocam fundamentalmente. O direito à autodeterminação dos povos indígenas, assim como o direito à autodeterminação das sociedades liberais, é limitado pelos direitos humanos, mas agora reformulados de uma maneira mínima, capaz de abarcar formas de organização política tanto tradicionais quanto seculares. A colocação do problema como uma questão do tipo “tudo ou nada” impede que soluções conciliatórias, provisórias e cada vez mais abrangentes sejam construídas por meio da negociação política.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando o direito à autodeterminação dos povos indígenas conflita com os direitos individuais de crianças à vida e à integração física e psíquica, qual destes deve prevalecer? Esta questão pode ser dividida em três subproblemas, que são os que seguem:

a) A preservação da cultura é uma condição necessária para a garantia da dignidade dos membros de povos indígenas? Qual a relação existente entre identidade individual e cultura que permite aos autores(as) do multiculturalismo afirmar que a assimilação impede a constituição de uma autorrelação positiva dos indígenas consigo? Que sentido estes autores(as) dão para o termo “cultura”? A afirmação de que povos indígenas são culturas é adequada?

b) Como o Estado deve tratar os cidadãos que fazem parte de povos originários, para que eles possam se autoperceber como pessoas dignas de igual consideração e respeito? A previsão (não apenas formal, mas em patamares equitativos) de um sistema o maior possível e igual para todos de direitos e liberdades fundamentais de titularidade individual se apresenta como uma medida suficientemente igualitária? Ou será que estes direitos individuais precisam ser complementados por direitos específicos de grupo, alguns, inclusive, de titularidade coletiva, como é o caso do direito à autodeterminação dos povos originários (objeto específico de análise desta tese)?

c) Qual a relação entre direitos individuais e direitos coletivos, caso se afirme que estes últimos são necessários? Em caso de conflito, qual deles deve prevalecer? Será que o direito à autodeterminação dos povos originários deve ser limitado pelos direitos individuais para que as minorias internas não se tornem mais vulneráveis? Ou será que o direito à autodeterminação deve prevalecer sobre os direitos individuais, para que a linguagem destes direitos não seja utilizada pela sociedade hegemônica para impor de forma forçada os sentidos sociais apenas por ela compartilhados?

O problema anteriormente proposto foi investigado a partir da sistematização e da análise crítica do debate, no âmbito da teoria política normativa, entre o multiculturalismo e feminismo. Pretende-se verificar, nesta área,

quais são os argumentos morais favoráveis e contrários à prioridade do direito à autodeterminação sobre os povos originários.

O primeiro capítulo, o qual foi denominado de *A Inclinação pela Cultura*, abordou os argumentos favoráveis à prioridade do direito à autodeterminação para os povos originários, elaborados pela teoria normativa do multiculturalismo de Charles Taylor (1994), a qual ficou conhecida por “política do reconhecimento”, mas que é denominada pelo próprio autor de “liberalismo substantivo”. Para Taylor (1994), a cultura é um bem substantivo e irredutivelmente social que deve ser preservado como condição essencial para que os membros de uma determinada comunidade cultural e política possam desenvolver uma autorrelação positiva com a sua própria identidade. Por esta razão, a autoridade política do Estado poderia ser utilizada para assegurar a sobrevivência de determinadas formas culturais, desde que o exercício deste poder não violasse os direitos tradicionalmente reconhecidos por uma teoria liberal como invioláveis e inalienáveis (tais como a vida, a liberdade e o devido processo legal). No entanto, seria necessário diferenciar os direitos individuais das simples prerrogativas e imunidades, as quais, uma vez concedidas pelo Estado, poderiam também ser pontualmente afastadas, caso esta medida se mostrasse como realmente necessária, após a ponderação de todos os interesses envolvidos. Uma teoria liberal, mesmo que mais propensa ao reconhecimento da diferença, ainda assim, é uma teoria incompatível com diversos outros tipos de identidade (principalmente as tradicionais, como as indígenas). Por este motivo, o que a razão prática exige de nós, em última instância, é incluir a visão do outro da forma mais fidedigna possível por meio do diálogo intercultural e construir formas institucionais que tornem esse diálogo, em paridade de condições, possível.

No segundo capítulo, tratamos dos argumentos favoráveis à prioridade dos direitos individuais frente aos direitos coletivos. Para este fim, tratamos da crítica feminista ao multiculturalismo elaborada por Susan Okin (1999). A previsão de direitos coletivos para as minorias culturais, defendida pelo multiculturalismo, aumenta a vulnerabilidade das minorias dentro das minorias (dentre elas as mulheres e as crianças). Trata-se do argumento das minorias internas, segundo o qual a solução da desigualdade entre culturas não raras vezes vem ao custo do aumento da desigualdade de gênero. Quando as culturas são opressoras, a garantia de acesso a elas pode redundar em aumento da vulnerabilidade das

minorias posicionais. A mera previsão destes direitos, ainda que de forma limitada, aumentaria a possibilidade de que as elites por acaso existentes dentro das minorias violem os direitos individuais de mulheres, crianças e idosos. Para impedir que isto aconteça, propõem formas de deliberação democrática em que a autonomia das mulheres seja respeitada. Como a participação de crianças nestes processos deliberativos é uma impossibilidade, a proteção da vida daquelas torna-se um limite substantivo de justiça a qualquer deliberação que se faça sobre o assunto.

Chego, então, às seguintes conclusões ao final desta tese: a) povos indígenas são concebidos como culturas tanto pelo multiculturalismo quanto pelo feminismo, porque, teorias ideais que são, partem do pressuposto de que existe apenas uma sociedade política cuja forma com que se exerce o poder é o que será objeto de manutenção da justiça; b) povos indígenas são sociedades políticas. Ser “cultura” não é uma condição suficiente para a identificação dos povos indígenas. Na verdade, eles são sociedades políticas tradicionais, cujo exercício do poder sobre seus membros é limitado pela doutrina do bem amplamente compartilhado. São, ainda que não liberais, decentes, porque estão dispostos a cooperar; c) povos não se confundem com Estados. Estado é uma estrutura institucional de poder cuja principal característica é a soberania ilimitada. Povos não. Conformam o componente pessoal a que aquelas estruturas institucionais de poder devem ser. Podem existir vários povos em um Estado; d) logo – e essa é uma das conclusões mais importantes desta tese, ao lado da afirmação de que povos indígenas são sociedades políticas e não culturas –, não se trata de formular quais são os limites da tolerância liberal – o que foi o objetivo do multiculturalismo e do feminismo até aqui –, porque os povos indígenas podem não ser liberais, mas sim hierarquicamente organizados. Trata-se, isto sim, de saber como uma sociedade liberal, por natureza secular, plural e governada pelo princípio da igualdade, deve tratar sociedades tradicionais, porém cooperativas; e) a nossa resposta é a de que uma sociedade liberal iria decidir cooperar – e não terminar a guerra de conquista ou formalizar o sistema de colonização –, porque isto é o mais razoável a se fazer; f) cooperar significa compartilhar a soberania do Estado. Neste sentido, questões de interesse comum deveriam ser resolvidas por meio de tratados internos; g) os direitos humanos também deveriam ser objeto de acordo entre os povos-partes. Não raras vezes, a recusa de um povo indígena em obedecer a um tratado ou aos

direitos humanos é interpretado como um argumento a favor do relativismo/incomensurabilidade cultural. Quando compreendemos adequadamente os povos indígenas como sociedade política, o argumento transforma-se em uma denúncia de que relações razoáveis entre os povos não foram bem estabelecidas. Como posso eu, enquanto povo, obedecer a um tratado para o qual não dei meu consentimento?; h) todos os povos decidem a respeito de questões cruciais para a vida em comunidade, como o início da vida humana. Sociedades liberais, seculares que são, determinam que o início da vida humana se dá com o momento em que o ente torna-se capaz de agir autonomamente. Sociedades tradicionais definem este mesmo momento com base na sua doutrina abrangente do bem; i) a sociedade liberal pode utilizar-se da negociação política para modificar as visões indígenas, mas nunca da força. Espera-se que soluções conciliatórias e cada vez mais abrangentes sejam obtidas.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBEY, Ruth. Introduction: timely meditations in an untimely mode—the thought of Charles Taylor. In: Charles Taylor. Cambridge University Press. p. 1-28 (2004)

ACKERMAN, Bruce A. Social Justice in the Liberal State. New Haven and London: Yale University Press, 1980.

ANAYA, S. James. Indigenous Peoples in International Law. 2ª Edição. Oxford: Oxford, University Press, Setembro 2004.

ARENDT, Hannah. A Condição Humana. São Paulo: Editora Forense Universitária, 2014 (1958).

_____. The Life of the Mind. New York: Harcourt, 1971.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. São Paulo: Edipro, 2014.

AYLWIN, José. Tendencias Contemporaneas de Derechos de los Pueblos Indígenas en América Latina. In: CULLETON, Alfredo et al. Direitos Humanos e Integração Latinoamericana. Porto Alegre: Entrementes Editorial; Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, 2011, p. 179-196.

BARRY, Brian. Culture and Equality: An Egalitarian Critique of Multiculturalism. Cambridge, Massachusetts: Polity Press, 2001.

BENHABIB, Seyla. The Claims of Culture – Equality and Diversity in the Global Era. Princeton, Princeton University Press, 2002.

BENTHAM, Jeremy. The Principles of Morals and Legislation. New York: Prometheus Books, 1988 (1789).

BOBBIO, Norberto. Teoria da Norma Jurídica. São Paulo: Editora Edipro, 2016 (2001).

BONILLA, Daniel. La Constitución Multicultural. Bogotá: Siglo del Hombre, 2011.

BOURDIEU, Pierre. The Logic of Practice. Cambridge, Massachusetts: Polity Press, 1992.

BRASIL. LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília, DF, 1973.

CARENS, Joseph. Culture, Citizenship, and Community: A Contextual Exploration of Justice as Evenhandedness. Oxford: Oxford University Press, 2000.

_____. Ethics of Immigration. Oxford: Oxford University Press, 2013.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Araweté: Os Deuses Canibais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

_____. *A Inconstância da Alma Selvagem: e outros Ensaio de Antropologia*. São Paulo: Cosac Naif, 2002.

CHILDERS, Mary and HOOKS, Bell. *A Conversation About Race and Class*. In: *Conflicts in Feminism*. New York: Routledge, Chapman and Hall Inc., 1990.

COCCO, Pe. Luis. *Maternidad y Infancia*. In: _____. *Iyëwei-Teri: Quince Años entre lós Yanomamos*. Caracas, Venezuela: Escuela Técnica Popular Don Bosco, 1972.

COHEN, Jean L. e ARATO, Andrew. *Civil Society and Political Theory*. Cambridge, Massachusetts e London, England: The MIT Press, 1992.

COSTA, Maria Heloísa. *O Sobrenatural, o Humano e o Vegetal na Iconologia Mehinakú*. In: RIBEIRO, Berta (org.). *Suma Etnológica Brasileira*. V. 3 (Arte Índia). Petrópolis/RJ: Vozes; Finep, 1986.

CROWDER, George. *Theories of Multiculturalism: An Introduction*. Cambridge, Massachusetts: Polity Press, 2013.

DEVEAUX, Monique. *A Deliberative Approach to Conflicts of Culture*. In: *Political Theory*, Vol. 31, No. 6 (Dec., 2003), p. 780-807.

DREYFUS, Hubert. *Retrieving Realism*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2015.

DUSSEL, Enrique. *Europa, Modernidade e Eurocentrismo*. In: LANDER, Edgardo (org.). *A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais: Perspectivas Latino-Americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

DWORKIN, Ronald. *A Virtude Soberana: A Teoria e a Prática da Igualdade*. Tradução Jussara Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *Justice for Hedgehogs*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press (Belknap Press), 2013 (2011).

_____. *O Império do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FAJARDO, Raquel Yrigoyen. *El Horizonte del Constitucionalismo Pluralista: Del Multiculturalismo a la Descolonización*. In: GARAVITO, César Rodríguez (coord.). *El Derecho en América Latina: Un Mapa para el Pensamiento Jurídico del Siglo XXI*. México: Siglo Veintiuno, 2011, p. 139-159.

FILIPPI, Alberto. *Las Identidades Étnicas y Culturales como Base de los Derechos y la Integración Democrática Plurinacional*. In: CULLETON, Alfredo et al. *Direitos Humanos e Integração Latinoamericana*. Porto Alegre: Entrementes Editorial;

Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, 2011, p. 27-39.

FINE, Sarah; YPI, Lea (ed.). *Migration in Political Theory: The Ethics of Movement and Membership*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

FLAX, Jane. Race/Gender and the Ethics of Difference: A Reply to Okin's "Gender Inequality and Cultural Differences". In: *Political Theory*. Vol. 23, No. 3 (Agosto., 1995), p. 500-510

FOURTH WORLD CONFERENCE ON WOMEN (FWCW). *Covenant for the New Millennium: The Beijing Declaration & Platform for Action*. Santa Rosa, California: Free Hand Books, 1996.

FRANKFURT, Harry G. Freedom of the Will and The Concept of a Person. *The Journal of Philosophy*, Vol. 68, No. 1 (Jan. 14, 1971), p. 5-20.

FRIEDMAN, Marilyn. Cultural Minorities and Women's Rights. In: _____. *Autonomy, Gender, Politics*. Oxford Scholarship Online, February 2006.

FUKUYAMA, Francis. *The End of History and the Last Man*. New York: Avon Books, 1992.

GARGARELLA, Roberto. *As Teorias da Justiça Depois de Rawls: Um Breve Manual de Filosofia Política*. Tradução Alonso Reis Freire. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LCT, 2017 (1926).

GIACONE, Pe. Antonio S. *Os Tucano e Outras Tribus do Rio Uaupés afluente do Negro-Amazonas: Notas Etnográficas e Folclóricas de um Missionário Salesiano*. São Paulo: Associação Brasileira dos Amerindianistas (ABA), 1949.

GOW, Peter. *Of the Mixed Blood: Kinship and History in Peruvian Amazonia*. Oxford: Clarendon Press, 1991.

GRANZBERG, Gary. Twin Infanticide: A Cross-Cultural Test of a Materialist Explanation. In: *Ethos*, v. 1, n.º 4, 1973, p. 405-412.

GURR, Ted Robert. *Minorities at Risk: A Global View of Ethnopolitical Conflicts*. Washington: United States Institute of Peace Press, 1993.

GUTMANN, Amy. Introduction. In: _____. *Multiculturalism: Examining the Politics of Recognition*. Edited and introduced by Amy Gutmann. Princeton, Princeton University Press, 1994.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. São Paulo: Editora UNESP, 2014 (1962).

HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Organização Liv Sovik. Tradução Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HARRIS, Angela. Race and Essencialism in Feminist Legal Theory. Stanford: Stanford Law Review, 1990, p. 581-616.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Fenomenologia do Espírito. Petrópolis: Vozes, 2011 (1807).

_____. Filosofia do Direito. São Leopoldo – RS: Editora Unisinos, 2010 (1829).

HOLANDA, Marianna Assunção Figueiredo. Quem são os Humanos dos Direitos? Sobre a Criminalização do Infanticídio Indígena. Tese (Doutorado). Brasília/DF: Universidade de Brasília (UnB), 2008.

HONNETH, Axel. Luta por Reconhecimento – A Gramática Moral dos Conflitos Sociais. São Paulo: Editora 34, 2009 (1992).

HUSSERL, Edmund. The Crisis of European Sciences and Transcendental Phenomenology: An Introduction to Phenomenological Philosophy. Evanston: Northwestern University Press, 1970.

JUNQUEIRA, Carmen. Os Índios do Ipavu: Um Estudo sobre a Vida do Grupo Kamaiurá. São Paulo: Ática, 1975.

KANT, Immanuel. Fundamentação da Metafísica dos Costumes. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Abril, 1973 (1785).

KELLY, Paul (ed.). Multiculturalism Reconsidered: Culture and Equality and Its Critics. Cambridge: Polity Press, 2002.

KUKATHAS, Chandran. Are There Any Cultural Rights? In: Political Theory, Vol. 20, No. 1 (Fevereiro, 1992), p. 105-139.

_____. Distinguished Lecture in Public Affairs: Is Feminism Bad for Multiculturalism?. In: Public Affairs Quarterly, Vol. 15, No. 2 (Apr., 2001), p. 83-98

_____. The Liberal Archipelago: A Theory of Diversity and Freedom. Oxford: Oxford University Press, 2003.

KYMLICKA, Will. Filosofia Política Contemporânea: Uma Introdução. Tradução Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. Liberal Complacencies. In: OKIN, Susan. Is Multiculturalism Bad for Women? Susan Moller Okin with respondents. Princeton: Princeton University Press, 1999, p. 31-34.

_____. Liberal Culturalism: An Emerging Consensus. In: _____. Politics in the Vernacular: Nationalism, Multiculturalism, and Citizenship. Oxford Scholarship Online (Novembro 2003).

_____. Liberalism, Community and Culture. Oxford: Oxford University Press, 1989.

_____. Multicultural Citizenship: A Liberal Theory of Minority Rights. Oxford: Oxford University Press, 1995.

LEVY, Jacob T. Classifying Cultural Rights. In: _____. The Multiculturalism of Fear. Oxford Scholarship Online (Novembro 2003).

_____. The Multiculturalism of Fear. Oxford Scholarship Online: November 2003.

LOCKE, John. Segundo Tratado Sobre o Governo Civil. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 2006 (1689).

MACINTYRE, Alasdair. After Virtue: A Study in Moral Theory. Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press, 2007.

MACKINNON, Catharine. Feminism Unmodified: Discourses on Life and Law. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1988.

MCMAHAN, Jeff. Infanticide. In: Utilitas, v. 19, n.º 2, 2007, p. 133-159.

MAGALHÃES, Breno Baía. Pluralismo constitucional interamericano: a leitura plural da constituição de 1988 e o diálogo entre o supremo tribunal federal e a corte interamericana de direitos humanos. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Jurídicas, Belém, 2015.

MARGALIT, Avishai and HALBERTAL, Moshe. Liberalism and the Right to Culture. In: Social Research 61, 1994, p. 491-510.

MARGALIT, Avishai and RAZ, Joseph. National Self-Determination. In: KYMLICKA, Will. The Rights of Minority Cultures. Oxford: Oxford University Press, 1995, p. 79-92.

MARSHALL, T. H. Cidadania, Classe Social e Status. Tradução Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MELATTI, Julio C. Enigmas do Corpo e Soluções dos Panos. In: Página do Melatti, <www.geocities.com/RainForest/Jungle/6885>, 2002. Acesso em 23 de novembro de 2016.

MILL, John Stuart. On Liberty. New Haven and London: Yale University Press, 2003 (1859).

MILLER, David. Strangers in our Midst – The Political Philosophy of Immigration. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2016 (1946).

MINOW, Martha and SPELMAN, Elizabeth. In Context. Los Angeles, California: Southern California Law Review, 1990, p. 1597-1652.

MOGHADAM, Valentine. Identity Politics and Women: Cultural Reassertions and Feminism in International Perspective. Boulder: Westview Press, 1994.

MOHANTY, Chandra Talpade; RUSSO, Ann; and TORRES, Lourdes (eds.). Third World Women and the Politics of Feminism. Bloomington: Indiana University Press, 1991.

MOREIRA, Adilson. O que É Racismo Recreativo? Belo Horizonte: Letramento, 2018.

MÜLLER, Regina. Asurini do Xingu. In: Revista de Antropologia, n.º 27/28, São Paulo, 1984, p. 91-114.

MURPHY, Michael. Multiculturalism: A Critical Introduction. New York: Routledge, 2012.

NAG, Moni. Anthropology and Population: Problems and Perspectives. In: Population Studies, v. 27, n.º 1, 1973, p. 59-68.

NARAYAN, Uma. Contesting Cultures. In: _____. Dislocating Cultures: Identities, Traditions, and Third World Feminism. New York, Routledge, 1997.

NUSSBAUM, Martha. Women and Human Development: The Capabilities Approach. Cambridge, Massachusetts: Cambridge University Press, 2000.

OKIN, Susan Moller. Feminism and Multiculturalism: Some Tensions. In: Ethics, An International Journal of Social, Political, and Legal Philosophy. Chicago, Vol. 108, No. 4 (Julho, 1998a), p. 661-684.

_____. Feminism, Women's Human Rights, and Cultural Differences. In: Hypatia. Border Crossings: Multicultural and Postcolonial Feminist Challenges to Philosophy (Part 1). Wiley Online Library, Vol. 13, nº 2, 1998b.

_____. Inequalities Between the Sexes in Different Cultural Contexts. In: NUSSBAUM, Martha C. and GLOVER, Jonathan (eds.). Women, Culture, and Development: A Study of Human Capabilities. Oxford Scholarship Online, (November 2003).

_____. Is Multiculturalism Bad for Women? Susan Moller Okin with respondents. Princeton: Princeton University Press, 1999.

_____. Justice, Gender, and the Family. United States: Basic Books, 1989.

_____. "Mistresses of Their Own Destiny": Group Rights, Gender, and Realistic Rights of Exit. In: *Ethics, An International Journal of Social, Political, and Legal Philosophy*. Chicago, Vol. 112, No. 2 (Janeiro, 2002), p. 205-230.

_____. Multiculturalism and Feminism: no simple question, no simple answers. In: EISENBERG, Avigail e SPINNER-HALEY, Jeff. *Minorities within Minorities: Equality, Rights and Diversity*. Cambridge, Massachusetts: Cambridge University Press, 2005, p. 67-89.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Antropologia e Moralidade. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 9, n.º 24, 1994, p. 110-121.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas*, 2007.

_____. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Estados Independentes*. Genebra, 1989.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). *Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas*. República Dominicana, 2016.

OVERING, Joanna. Elogio do Cotidiano: A Confiança e a Arte da Vida Social em uma Comunidade Amazônica. In: *Mana* 5 (1), 1999, p. 81-107.

PAREKH, Bikhu. A Varied Moral World. In: OKIN, Susan Moller. *Is Multiculturalism Bad for Women? Susan Moller Okin with respondents*. Princeton, Princeton University Press, 1999.

PATEMAN, Carole. *The Sexual Contract*. Stanford, California: Stanford University Press, 1988.

RATTANSI, Ali. *Multiculturalism: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

RAWLS, John. *A Theory of Justice*. Revised Edition. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press (Belknap Press), 1999 (1971).

_____. *Political Liberalism*. New York: Columbia University Press, 1996 (1993).

_____. *The Law of Peoples: with "The Idea of Public Reason Revisited"*. Cambridge, Massachusetts and London, England: Harvard University Press, 1999 (1991).

RAZ, Joseph. *Morality of Freedom*. Oxford: Oxford University Press, 1988.

ROSALDO, Michelle Zimbalist and LAMPHIER, Louise. *Woman, Culture and Society*. Stanford: Stanford University Press, 1974.

SANDEL, Michael. *Liberalism and the Limits of Justice*. 2ª edição. Cambridge, Massachusetts: Cambridge University Press, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma Concepção Multicultural de Direitos Humanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 48, Junho 1997.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. Nem Crime, Nem Castigo: O Racismo na Percepção do Judiciário e das Vítimas de Atos de Discriminação. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 62, p. 184-207, dez. 2015.

SEGATO, Rita Laura. Que Cada Povo Teça Os Fios Da Sua História: O Pluralismo Jurídico Em Diálogo Didático Com Legisladores. *Revista de Direito da Universidade de Brasília*, Nº 1-1, Junho 2014, p. 65-92.

SEN, Gita and GROWN, Karen. *Development, Crises and Alternative Visions: Third World Women's Perspectives*. New York: Monthly Review Press, 1987.

SHACHAR, Ayelet. Paradox of Multicultural Vulnerability: Individual Rights, Identity Groups, and the State. In: JOPPKE, Christian e LUKES, Steven. *Multicultural Questions*. Oxford Scholarship Online (Novembro 2003).

SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SONG, Sarah. Multiculturalism. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2017 Edition), Edward N. Zalta (ed.). Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2017/entries/multiculturalism/>. Acesso em: 10 de janeiro de 2018.

SPELMAN, Elizabeth V. *Inessential Women: Problems of Exclusion in Feminist Thought*. Boston: Beacon Press, 1988.

TAYLOR, Charles. *Argumentos Filosóficos*. Tradução Adail Sobral. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. Cross Purposes: The Liberal-Communitarian Debate. In: _____. *Philosophical Arguments*. Cambridge, Massachusetts and London, England: Harvard University Press, 1995 (1931).

_____. *Hegel e a Sociedade Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. Interpretation and the Sciences of Man. In: _____. *Philosophy and the Human Sciences – Philosophical Papers 2*. Cambridge, Massachusetts: Cambridge University Press, 2012.

_____. Overcoming Epistemology. In: _____. *Philosophical Arguments*, Harvard University Press, 1995a.

_____. *Philosophical Papers 1: Human Agency and Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985d.

_____. Philosophical Papers 2: Philosophy and the Human Sciences. Cambridge: Cambridge University Press, 1985c.

_____. Reply to de Sousa and Davis. Canadian Journal of Philosophy, Vol. 18, No. 3 (Sep., 1988), pp. 449-458.

_____. Social Theory as Practice. In: Philosophical Papers. Cambridge: Cambridge University Press, 1985a, p. 91-115.

_____. Sources of the Self: The Making of the Modern Identity. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1989.

_____. The Language Animal: The Full Shape of the Human Linguistic Capacity. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press (Belknap Press), 2016..

_____. The Politics of Recognition. In: _____. Multiculturalism: Examining the Politics of Recognition. Edited and introduced by Amy Gutmann. Princeton, Princeton University Press, 1994.

_____. What's Wrong with Negative Liberty. In: Philosophical Papers. Cambridge: Cambridge University Press, 1985b, p. 221-229.

TULLY, James. Strange Multiplicity: Constitutionalism in an Age of Diversity (The Seeley Lectures). Cambridge, Massachusetts: Cambridge University Press, 1995.

_____. The Negotiation of Reconciliation. In: _____. Public Philosophy in a New Key – Democracy and Civic Freedom. Vol 1. Cambridge, Massachusetts: Cambridge University Press, 2012a.

_____. The Struggles of Indigenous Peoples for and of Freedom. In: _____. Public Philosophy in a New Key – Democracy and Civic Freedom. Vol 1. Cambridge, Massachusetts: Cambridge University Press, 2012b.

TYLOR, Edward. Primitive Culture: Researches into the Development of Mythology, Philosophy, Religion, Language, Art and Custom. London: John Murray, 1920.

VAN COTT, Donna Lee. The Friendly Liquidation of the Past: The Politics of Diversity in Latin America. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 2000.

VAN DYKE, Vernon. Collective Entities and Moral Rights: Problems in Liberal-Democratic Thought. In: The Journal of Politics, Vol. 44, No. 1 (Feb., 1982), p. 21-40.

_____. The Individual, the State, and Ethnic Communities in Political Theory. In: World Politics, Vol. 29, No. 3 (Apr., 1977), p. 343-369.

VIERTLER, Renata B. *As Aldeias Bororo*. São Paulo: USP (Coleção Museu Paulista, série de etnologia), 1976, v. 2.

VILAÇA, Aparecida. Making Kin out of Others in Amazonia. In: *Journal of the Royal Anthropological Institute* 8, 2002, p. 347-365.

WALDRON, Jeremy. Minority Cultures and the Cosmopolitan Alternative. In: KYMLICKA, Will. *The Rights of Minority Cultures*. Oxford: Oxford University Press, 1995, p. 93-122.

WALZER, Michael. Comment. In: TAYLOR, Charles. *Multiculturalism: Examining the Politics of Recognition*. Edited and introduced by Amy Gutmann. Princeton, Princeton University Press, 1994.

_____. *Spheres of Justice: A Defense Of Pluralism And Equality*. New York: Basic Books, 1984.

WOLF, Susan. Comment. In: _____. *Multiculturalism: Examining the Politics of Recognition*. Edited and introduced by Amy Gutmann. Princeton, Princeton University Press, 1994.